ANC 88
Pasta Jan/Jul 86
040

Anc - CPEC

CONSTITUINTE

O GLOBO 31 MAR 1986

Comissão recebe amanhã propostas que os coordenadores avaliam hoje

BRASILIA — A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, volta a se reunir a partir de hoje, no Rio, para examinar as propostas relativas aos dez grandes temas em que se subdividiu a Constituição. Hoje, os coordenadores e secretários dos comitês temáticos farão uma primeira avaliação dos trabalhos produzidos, que serão submetidos a todos os membros da Comissão amanhã. Também amanhã será definida a agenda do restante do encontro, que termina sexta-feira.

É possível que não haja, ainda desta vez, qualquer votação plenária. Segundo o Secretário-Geral da Comissão, Nei Prado, qualquer votação agora seria arriscada, porque as sugestões dos diferentes comitês não foram debatidas por todos:

— A minha impressão — afirmou — é a de que nos dias seguintes iremos analisar os trabalhos dos comitês, para termos uma visão global, mais sistematizada, verificando se há incongruências ou impropriedades.

Esta é também a previsão do ex-Senador Mário Martins, que coordena dois comitês. Para ele, a comissão se dedicará basicamente a enxugar os textos, examinar o que é conflitante e redundante, e suprir as omissões. Ou, como definiu o jurista Edgar da Mata Machado, "haverá um esforço maior de união entre os dez temas que formarão os títulos futuros da próxima Constituição".

Os temas estudados pelos comitês são os seguintes: Princípios fundamentais da Ordem constitucional e declaração de direitos; Federação e organização tributária; Poder Legislativo e organização partidária; Poder Executivo; Poder Judiciário e Ministério Público; Educação, Cultura e Comunicação; Condições ambientais, Saúde e Ciência e Tecnologia; Ordem Econômica; Ordem Social e Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das instituições democráticas.

Os comitês do Poder Executivo e do Poder Legislativo e organização partidária estão trabalhando juntos. Segundo o jurista Miguel Reale Júnior, encerrada a discussão sobre regime de Governo, os dois grupos irão agora tratar da administração pública, do funcionalismo, das atribuições do Poder Legislativo, da competência do Senado e da Câmara, e dos mecanismos de controle, por parte do Legislativo, da administração pública. Também serão discutidas as prerrogativas do Legislativo e a questão do jeton.

Capital estrangeiro: uma sugestão em debate

Os demais comitês da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais praticamente já concluíram seus trabalhos, segundo Nei Prado. Como Secretário-Geral, entretanto, Prado observou que alguns assuntos passaram pelos comitês sem maiores análises, aprovados por mera maioria ocasional. Esses assuntos, como é o caso de alguns de que tratou o comitê sobre a Ordem econômica, serão reexaminados.

O comitê da Ordem econômica tem também assuntos novos a estudar, como é o caso de duas propostas a ele encaminhadas pelo jurista pernambucano Pinto Ferreira. Uma delas limita a participação do capital estrangeiro, conferindo-lhe apenas função supletiva:

— O Brasil está exportando muito, mas o superávit só deu para cobrir os juros. Com essa armadura colonial, não há regime que sobreviva. Por isso sugiro disciplinar isso constitucionalmente. O que há hoje são leis ordinárias, desrespeitadas pelo capital internacional.

Pinto Ferreira encaminhou também uma proposta para que as minas e jazidas só sejam exploradas através de sociedades feitas no Brasil e tendo brasileiros por acionistas.

— A riqueza da mineração — justifica o jurista — representa 30% do PIB. É preciso que essa riqueza seja nacional, para evitar o perigo de se esvaírem as jazidas.

O texto geral final do comitê da Ordem econômica, de acordo com o Reitor da Universidade de Brasília, Cristóvão Buarque, ainda terá de ser discutido. Na última reunião, informa ele, os progressistas eram minoria. O texto produzido tem uma tendência privatista, dificulta a criação de estatais, reduz o papel do Estado na economia — enfim, propõe uma constituição mais liberal no sentido das relações do Estado com a economia.

Quanto à questão da propriedade social da terra, aca Buarque que mesmo dentro do comitê ainda provocará discordâncias.

O trabalho do comitê sobre defesa do Estado, da sociedade civil e das instituições democráticas já está pronto, mas pelo menos uma discussão deverá ocorrer esta semana — sobre o conceito de segurança nacional.

Prevista a criação do Tribunal Federal de Justiça para as questões que envolvam a legislação federal

A previsão é do Secretário do comitê, advogado José Alberto de Assunção. Segundo ele, uma corrente, com a qual se alinha, entende que a segurança nacional deve ser relativa à conquista dos objetivos vitais nacionais. A outra corrente pretende substituir a expressão por "defesa nacional".

O relatório do comitê que cuida do tema Condições Ambientais, Saúde, Ciência e Tecnologia dá uma ênfase "toda especial à ecologia", conforme seu coordenador, Mário Martins, e confere a todo cidadão a condição de agente do poder público para denúncias relativas ao meio ambiente.

Martins coordena também o comitê que estuda os princípios fundamentais da ordem constitucional, a organização internacional e a declaração de direitos. Entre as medidas propostas por este grupo, segundo ele, estão a que torna a união proprietária do subsolo — atualmente ela é apenas legisladora —, e a que prevê a participação do trabalhador no faturamento da empresa, com o que, em sua opinião, a arrecadação tributária no País poderá aumentar em até 50 por cento.

O tema Poder Judiciário e Ministério Público já foi amplamente examinado, segundo o coordenador do comitê, jurista Miguel Reale Júnior. A proposta do grupo confere atribuições constitucionais ao Supremo Tribunal Federal, de maneira genérica, quando houver representações do Procurador-Geral da República, e de maneira concreta, isto é, nas ações em que surgirem problemas efetivamente de natureza constitucional.

O texto prevê ainda a criação do Tribunal Superior de Justiça, ao qual caberá resolver em caráter definitivo as questões envolvendo legislação federal, e a obrigatoriedade de o Procurador-Geral da República dar seguimento às representações de inconstitucionalidade.

Também está concluído o relatório do comitê sobre a Ordem Social, que introduz uma série de direitos do trabalhador, e apresenta inovações na parte relativa à família. Igualmente concluído, o trabalho do comitê que estudou Federação e Organização Tributária propõe maior descentralização e uma distribuição mais justa dos recursos, segundo o seu coordenador, jurista Célio Borja.

Borja informou que o documento trata da parte relativa à organização nacional, à divisão de competência legislativa, administrativa e tributária, aos princípios gerais obrigatórios para todas as esferas de Governo, e à intervenção federal nos Estados.

As sugestões para a Comissão devem ser enviadas à Caixa Postal 1987, Brasília, DF